

UNIVERSIDADE TUIUTI DO PARANÁ

FABIANE MANGOLIN

**A FUNÇÃO DO PEDAGOGO EM UMA ORGANIZAÇÃO NÃO
ESCOLAR DE ATENDIMENTO SOCIOEDUCATIVO**

**CURITIBA
2015**

FABIANE MANGOLIN

**A FUNÇÃO DO PEDAGOGO EM UMA ORGANIZAÇÃO NÃO
ESCOLAR DE ATENDIMENTO SOCIOEDUCATIVO**

Trabalho de Conclusão de Curso, do Curso de Pedagogia da Universidade Tuiuti do Paraná apresentado como requisito parcial para obtenção do título de Pedagoga.

Orientadora. Prof.^a M^a. Maria Francisca Vilas Boas Leffer.

**CURITIBA
2015**



Universidade Tuiuti do Paraná

FACULDADE DE CIÊNCIAS HUMANAS, LETRAS E ARTES
CURSO DE PEDAGOGIA

TERMO DE APROVAÇÃO

NOME DO(A) ALUNO(A): Fabiane Mangolin


TÍTULO: "A função do pedagogo em uma organização não escolar de atendimento socioeducativo".

Trabalho de conclusão de curso aprovado como requisito parcial para a obtenção do grau de licenciado em Pedagogia.

Membros da banca avaliadora:


Professora Maria Francisca Vilas Boas Leffer
Orientador(a)


Professora Maria Cristina Elias E. Stival
Membro da banca


Professora Marlene Matevi Roncato
Membro da banca

Curitiba, 24 / junho / 2015

Nota: 10.0

FOLHA DE APROVAÇÃO

DEDICATÓRIA

À minha família, por sempre me apoiar e incentivar, nessa trajetória. Devo à eles todos meus esforços, sacrifícios e escolhas que ao fim, acredito que não foram em vão. Eles me ensinaram dois princípios, que foram a base na minha trajetória acadêmica e que faz parte do meu convívio social e profissional, que é ter ética e respeito. Os nossos pais amam-nos porque somos seus filhos, isso é um fato inalterável. Mas nas ocasiões de fracasso, oferecem-nos um consolo e uma segurança que não se encontram em qualquer outro lugar. Enfim eles me ensinaram a ser uma pessoa do bem e devo a vocês tudo o que sou, saibam que vocês são essenciais para a minha vida! E terei eterna gratidão...

AGRADECIMENTOS

Agradeço primeiramente a Deus pelo dom da vida. Ele que tem guardado o meu peregrinar nesta Terra, e que possibilitou que meu sonho de graduação se tornasse realidade. Depois agradeço imensamente a Professora e orientadora Ma. Maria Francisca Boas Leffer, pelo seu empenho, dedicação e acolhimento à meus questionamentos de uma forma profissional. Pelo amor e carinho que dedica a essa profissão, que me conduziu na construção desse trabalho e principalmente pela motivação em momentos de anseios, dúvidas e medos.

Aos meus familiares pelo amor, apoio e compreensão nas impaciências, altos e baixos (...) meus verdadeiros amigos que também me apoiaram ao longo da minha formação e que são familiares que escolhemos aqui na Terra. E principalmente ao meu noivo Rafael, que se mostra companheiro e compreensível, quando olhamos para o nosso lado e vemos alguém que está sempre presente, uma pessoa que nunca nos deixa desanimar, só podemos ser gratos.

Deixo aqui meu agradecimento, a todas as pessoas que contribuíram para meu sucesso e para meu crescimento como pessoa. A equipe de professores, doutores e mestres altamente qualificados, que foram a base dos meus conhecimentos metodológicos e pedagógicos, que me ajudarão a continuar no caminho da educação. Sou o resultado da confiança e da força de cada um de vocês.

EPÍGRAFE

“Não é possível refazer este país, democratizá-lo, humanizá-lo, torná-lo sério, com adolescentes brincando de matar gente, ofendendo a vida, destruindo o sonho, inviabilizando o amor. Se a educação sozinha não transformar a sociedade, sem ela tampouco a sociedade muda.”

Paulo Freire.

RESUMO

Este trabalho traz como tema para a discussão, a função do pedagogo em uma organização não escolar de atendimento socioeducativo. E levanta a seguinte questão: Quais são as funções de um pedagogo num projeto social de ações socioeducativas? Tendo como objetivo geral: Discutir a função do pedagogo nas ações educativas não escolares do pedagogo num projeto social. Para tanto, temos as seguintes ações como objetivos específicos: analisar a política educacional para a formação do pedagogo na realidade brasileira; analisar a função do pedagogo em diferentes contextos da educação não escolar; Identificar os diferentes trabalhos do pedagogo na pedagogia social; e levantar dados relacionados às ações educativas do pedagogo em projeto social por meio de visitas técnicas. Buscou-se analisar às leis, diretrizes, as legislações históricas vigentes em nossa sociedade e os teóricos envolvidos que discutem e fundamentam o tema discutido. Os principais teóricos que sustentaram esta pesquisa foram: Machado (2008); Machado e Boni (2006); Gohn (2006); Libâneo (2006); Saviani (2006) e Caliman (2012), dentre outros. A metodologia desse trabalho foi estabelecida através de pesquisa bibliográfica e pesquisa de campo por meio de visita técnica, num contexto social de atendimento socioeducativo, localizado na cidade de Campo Magro, município e região metropolitana de Curitiba. Essa visita proporcionou com clareza evidências, por meio dela conseguiu-se compreender e atender os objetivos e os problemas levantados. Ficou contextualizado o trabalho realizado por uma assistente social e duas pedagogas dentro desse projeto, Esses dados levantados nas visitas técnicas possibilitaram a compreensão da importância do trabalho do profissional da Pedagogia, que hoje deve estar em constante processo de pesquisa e estudos que vão auxiliar conforme a demanda, seja ela formal ou não formal.

Palavras-chave: Educação Não Formal; Pedagogia Social; Pedagogo.

SUMÁRIO

1	INTRODUÇÃO	8
2	O CAMINHAR DO PEDAGOGO NO SEU CAMPO DE ATUAÇÃO: UMA RETROSPECTIVA HISTÓRICA	
3	EDUCAÇÃO NÃO FORMAL	15
3.1	O PEDAGOGO SOCIAL NO CONTEXTO DA EDUCAÇÃO NÃO FORMAL.....	17
4	PEDAGOGIA SOCIAL NO CONTEXTO DAS TEORIAS E EM DIFERENTES PAÍSES	20
4.1	PEDAGOGIA SOCIAL NO BRASIL.....	24
4.2	A PEDAGOGIA SOCIAL EM CONSTRUÇÃO NO BRASIL: CONGRESSO 2014.....	26
5	METODOLOGIA	29
5.1	LEVANTAMENTO DOS DADOS – ENTREVISTA COM A ASSISTENTE SOCIAL DE UM PROJETO SOCIOEDUCATIVO.....	30
5.1.1	Análise dos dados.....	31
5.2	DEPOIMENTO DA PEDAGOGA DO PROJETO SOCIOEDUCATIVO....	32
5.1.2	Análise dos dados.....	35
6	CONSIDERAÇÕES FINAIS	38
	REFERÊNCIAS	40

1 INTRODUÇÃO

Este trabalho traz como tema: A função do pedagogo em uma organização não escolar de atendimento socioeducativo. A pesquisa é fruto do interesse que surgiu, no decorrer das visitas técnicas da disciplina do 8º Período - Pesquisa e Prática Pedagógica em organizações não escolares e, das discussões sobre as concepções e tendências das políticas para a formação do Pedagogo nessas organizações, como a Pedagogia Social, Pedagogia Hospitalar e Pedagogia Empresarial.

Foi a partir desses momentos que realmente iniciou-se o interesse pelo trabalho do pedagogo na Pedagogia Social. Buscou-se ajuda dos teóricos para aprofundar e fundamentar esse campo educacional, que permeia a formação do profissional da Pedagogia. Podendo definir a Pedagogia Social como a Teoria Geral da Educação Social, portanto, uma área de conhecimento das Ciências da Educação. Ela constitui também a base teórica para práticas de Educação Popular, Educação Sociocomunitária e práticas de toda educação não escolares, ou seja, é uma pedagogia e uma educação que ultrapassam os muros da escola.

Sendo assim, este trabalho trouxe como problema o seguinte questionamento: Quais são as funções de um pedagogo num projeto social de ações socioeducativas? Tendo como objetivo geral: Discutir a função do pedagogo nas ações educativas não escolares do pedagogo num projeto social.

Para tanto, temos as seguintes ações como objetivos específicos: analisar a política educacional para a formação do pedagogo na realidade brasileira; analisar a função do pedagogo em diferentes contextos da educação não escolar; Identificar os diferentes trabalhos do pedagogo na pedagogia social; e levantar dados relacionados às ações educativas do pedagogo em projeto social por meio de visitas técnicas.

Segundo Machado (2002)

A Pedagogia Social apresenta-se, nos diferentes autores, como uma ciência que propicia a criação de conhecimentos, como uma disciplina que possibilita sistematização, reorganização e transmissão de conhecimentos e como uma profissão com dimensão prática, com ações orientadas e intencionais. (p.2).

Ainda ressalta que seu significado científico, disciplinar e intervencionista apresenta tais conceitos diversificados, acumulados no tempo em função dos contextos. Por fim, a Pedagogia Social é definida pelas transformações geradas pela integração e reestruturação da nova ordem capitalista mundial na organização e gestão da educação, seja ela formal ou não formal.

Os principais teóricos que sustentaram esta pesquisa foram: Machado (2008); Machado e Boni (2006); Gohn (2006); Libâneo (2006); Saviani (2006) e Caliman (2012), dentre outros.

Foi definido como procedimento metodológico a pesquisa bibliográfica e pesquisa de campo do tipo qualitativa, através da observação e de diálogo com uma assistente social e uma pedagoga, em visitas técnicas, numa instituição de um município da região metropolitana de Curitiba.

Este trabalho está dividido em seis seções: na primeira é abordada a introdução; na segunda parte abordaremos - O caminhar do pedagogo no seu campo de atuação: uma retrospectiva histórica; na terceira parte encontra-se o título – educação não formal; na quarta seção é abordado – A pedagogia Social no contexto das teorias e em diferentes países; na quinta parte encontra-se a metodologia do trabalho e na sexta parte estão as considerações finais.

2 O CAMINHAR DO PEDAGOGO NO SEU CAMPO DE ATUAÇÃO: UMA RETROSPECTIVA HISTÓRICA

Pode-se estabelecer um vasto campo de atuação do pedagogo e tais perspectivas são inseridas nos artigos 4º e 5º da Resolução CNE/CP n. 01/2006, descritos nas Diretrizes Curriculares do curso de Pedagogia, que definem a finalidade e devidas aptidões do profissional:

Art. 4º O curso de Licenciatura em Pedagogia destina-se à formação de professores para exercer funções de magistério na Educação Infantil e nos anos iniciais do Ensino Fundamental, nos cursos de Ensino Médio, na modalidade Normal, de Educação Profissional na área de serviços e apoio escolar e em outras áreas nas quais sejam previstos conhecimentos pedagógicos.

Parágrafo único. As atividades docentes também compreendem participação na organização e gestão de sistemas e instituições de ensino, englobando:

I - planejamento, execução, coordenação, acompanhamento e avaliação de tarefas próprias do setor da Educação;

II - planejamento, execução, coordenação, acompanhamento e avaliação de projetos e experiências educativas não-escolares;

III - produção e difusão do conhecimento científico-tecnológico do campo educacional, em contextos escolares e não-escolares.

Machado (2008) indica que uma investigação realizada com pedagogos em áreas socioeducativas, evidencia-se a falta de referências teórico-práticas específicas e sendo assim, o trabalho pedagógico, aproxima-se das práticas escolares, uma vez que o intuito é ressaltar as áreas de atuação do pedagogo com o interesse de delinear um curso que atenda a formação de um profissional que irá suprir às demandas sociais brasileiras, a ênfase curricular deveria ser direcionada às práticas, como no artigo:

Art. 5º O egresso do curso de Pedagogia deverá estar apto a:

I - atuar com ética e compromisso com vistas à construção de uma sociedade justa, equânime, igualitária;

IV - trabalhar, em espaços escolares e não escolares, na promoção da aprendizagem de sujeitos em diferentes fases do desenvolvimento humano, em diversos níveis e modalidades do processo educativo;

IX - identificar problemas socioculturais e educacionais com postura investigativa, integrativa e propositiva em face de realidades complexas, com vistas a contribuir para superação de exclusões sociais, étnico-raciais, econômicas, culturais, religiosas, políticas e outras;

Com a descrição das Diretrizes acima, fica salientado que a formação do pedagogo não fica restrita apenas à docência; este pode acontecer em lugares

escolares e não escolares, compreendendo assim, como uma ação educativa, estabelecendo um processo dinâmico e intencional. Assim como descreve Libâneo:

[...] o pedagogo é o profissional que atua em várias instâncias da prática educativa, direta ou indiretamente ligadas à organização e aos processos de transmissão e assimilação ativa de saberes e modos de ação, tendo em vista objetivos de formação humana definidos em sua contextualização histórica (LIBÂNEO, 2002, p. 68).

De acordo com Machado e Boni (2006), a primeira regulamentação da Faculdade de Educação, em nível nacional, acontece com o Decreto-Lei nº 1.190, de 4 de abril de 1939, que organizou a Faculdade Nacional de Filosofia, da Universidade do Brasil, onde estavam inseridos o curso de Pedagogia, e um curso especial de Didática, ou seja, o curso de Pedagogia estava destinado a formar bacharéis (técnicos) e licenciados para várias áreas. Nesse contexto professores do primário eram formados em Curso Normal em Institutos de Educação e os professores destinados a lecionar no ginásio e colegial, poderiam ter a formação em faculdades de Ciências, Filosofia e Letras.

Surge então, a indefinição, pois, se os professores formados no Curso Normal atuavam nas escolas primárias; com a Lei Orgânica de Ensino Normal, para lecionar nesse curso era suficiente o diploma de superior, não sendo assim espaço exclusivo para o pedagogo.

Na segunda regulamentação, a formação e campo de trabalho sofreram poucas alterações, ela ocorre após a provação da Lei de Diretrizes e Base nº 4.024/61, através do Parecer nº 251/62, do Conselho de Federal de Educação, do professor Valnir Chagas. Nesse momento muitos são os debates em pró do Curso de Pedagogia, em que o enfoque era extingui-lo por ser desprovido de conteúdo próprio, ou transformá-lo exclusivamente como formador de docentes em nível superior, enfatizando uma pós-graduação, num esquema aberto aos licenciados e bacharéis.(VALLE, 1999, p. 54, apud MACHADO E BONI, 2006, p 54).

A terceira regulamentação, buscando estabelecer a demanda do curso ao mercado de trabalho, altera a história, a formação e conseqüentemente o trabalho do pedagogo. Justifica-se que com a aprovação do Parecer nº 252/69, do Conselheiro Valnir Chagas, após a promulgação da Lei nº 5.540/68, institui um currículo com uma base comum de conhecimentos pedagógicos e uma base diversificada para formações de especialistas, como segue:

Art. 30 da Lei 5.540/68 que estabelecia que a formação de professores para o ensino de 2º grau e o preparo de especialistas destinado ao trabalho de planejamento, supervisão administração, inspeção e orientação no âmbito de escolas e sistemas escolares, far-se-á em nível superior” (VALLE, 1999, p. 55, apud MACHADO e BONI 2006 p.81).

Poderiam então, esses profissionais “especialistas” atuar no ensino de 1º e 2º graus, (fundamental e médio), e como docentes formadores de professores do Ensino Normal.

Segundo Machado e Boni (2002), com toda a questão política e aumento de números de escola no país, a absorção do pedagogo no trabalho tanto na função de especialista ou docente, não atendeu a expectativa, devido a inadequações curriculares que direcionavam a uma formação do modelo tecnicista, fugindo da realidade das escolas, e somente na década de 80, com a aprovação do Parecer de 140/82 concede o direito do licenciado em Pedagogia em ministrar aulas de 1ª a 4ª série, desde que em seu currículo conste disciplinas de Metodologia e Prática, corrigindo assim a incoerência histórica dita acima, que permitia ao pedagogo formar o professor, do magistério do 2º grau para atuar nas séries iniciais do 1º grau, sem o domínio do que estes professores deveriam ensinar, sendo assim, percebe-se a influência de pressões de agentes internos e externos, que desde então exigiram resultados quantitativos da educação.

Assim, ao final dos anos 70 e início dos anos 80 do século passado verificaram-se vários debates promovidos pelo movimento pró-formação do educador. O marco do debate referente à formação de professores e pedagogos aconteceu com a I Conferência Brasileira de Educação ocorrida em São Paulo. Esta deu início há um intenso período de reflexão e de reformulação de projetos formadores dos profissionais da educação.

De acordo com as análises e discussões de Pareceres descritos no Conselho Nacional de Educação, expressões e concepções valorizam a prática em detrimento da teoria. Libâneo (2006) afirma que o documento reduz o campo da Pedagogia à docência para crianças e isso pode gerar o agravante de um adeus à pedagogia e aos pedagogos.

As ideologias defendidas pela ANFOPE¹ Almeja por uma definição de políticas de formação dos profissionais da educação, e a tendência dos educadores com a mesma linha de pensamento do órgão acima, é esta: o curso de pedagogia destina-se à formação do professor de 1ª a 4ª série, trazendo o lema de que a formação de todo educador deve ter como base a docência, o que coloca em pauta contradições das mudanças necessárias na formação de professores. Na concepção construída pelo Movimento dos Educadores, a docência é entendida como trabalho pedagógico e básico na formação de identidade profissional de todo educador, onde essa formação requer , segundo a redação final do encontro da ANFOPE:

1. a formação para o humano, forma de manifestação da educação omnilateral dos homens;
2. a docência como base da formação profissional de todos aqueles que se dedicam ao estudo do trabalho pedagógico;
3. o trabalho pedagógico como foco formativo;
4. a sólida formação teórica em todas as atividades curriculares - nos conteúdos específicos a serem ensinados pela escola básica e nos conteúdos especificamente pedagógicos;
5. a ampla formação cultural;
6. a criação de experiências curriculares que permitam o contato dos alunos com a realidade da escola básica, desde o início do curso;
7. incorporação da pesquisa como princípio formador;
8. a possibilidade de vivência, pelos alunos, de formas de gestão democrática;
9. desenvolvimento do compromisso social e político da docência;
10. a reflexão sobre a formação do professor e sobre suas condições de trabalho;
11. a avaliação permanente dos cursos de formação dos profissionais da educação como parte integrante das atividades curriculares e entendida como responsabilidade coletiva a ser conduzida à luz do projeto político-pedagógico de cada curso em questão;
12. a conhecimento das possibilidades do trabalho docente nos vários contextos e áreas do campo educacional (ANFOPE, 2000, p. 37).

De fato, como discutido por vários autores e teses, a docência é fundamental e a base do curso de Pedagogia, mas sendo assim, fica claro no item 12 desse Documento que a possibilidade do trabalho docente está engajada com vários contextos existentes do campo educacional o que não se limita ao espaço formal, regular. No entanto, o atendimento da docência como base de formação do pedagogo, presente no Projeto de Resolução CNE/CP Nº 1, de 5 de maio de 2006.

¹ Anfope - Associação Nacional pela Formação dos Profissionais da Educação - entidade de caráter político, científico e acadêmico, originária do movimento dos educadores na década de 70, na atualidade constitui-se em uma Associação de referência no cenário nacional quando se trata de debates e de proposições para a formação dos profissionais da Educação. O reconhecimento de sua importância se dá como seus membros se posicionam frente aos desafios historicamente colocados no campo das políticas educacionais, especialmente de formação e de valorização dos profissionais da educação, em todos os níveis de ensino.

As Diretrizes Curriculares para o curso de licenciatura em Pedagogia privilegiam a docência como função central, mas não deixam de apontar a formação do pedagogo para atuar em áreas diversas, nos quais necessitam de conhecimentos próprios, como de orientação, coordenação e outros. São elencadas as possibilidades de atuação dos pedagogos nos contextos onde se desenvolvem outros tipos de educação. Apesar de contemplar o que defende a ANFOPE, não resulta numa proposta que signifique um aprofundamento nas ciências da educação.

Além de questões conflitantes, fragmentação do trabalho do Pedagogo, restrições para docência, ênfases na gestão do profissional; novos agentes formadores nos cursos superiores voltados à docência, é preciso discussões referentes às novas demandas sociais, onde o trabalho propicia atuação em diversos e diferentes espaços, socioeducacionais que ultrapassem os limites formais e regulares.

Hoje nos cursos de Pedagogia, procura-se formar um profissional com formação revolucionária, política e de comprometimento, que contribua para a integração do sujeito na sociedade, de forma integradora como relata Paulo Freire (1999), que o mesmo possa liberta-se da opressão por meio de emancipação social. Portanto, a escola muitas vezes não vem suprir tais necessidades.

Assim, com o fortalecimento de Resoluções, Leis e Diretrizes, o novo Plano Nacional de Educação, Decênio 2011-2020 da Lei nº 8035/10, aprovado em 2014, destaca que “A educação e o conhecimento estão entre as principais ferramentas de transformação da realidade, consolidação da cidadania e desenvolvimento econômico-social” (BRASIL, p. 4).

A Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional, LDB 9394/96, intensifica o desejo de um profissional educativo que conduza princípios embasados das Agências Internacionais para a Educação, e que se amplie na difusão não formal, como podemos ver no Artigo 27º:

Art. 27º. Os conteúdos curriculares da educação básica observarão, ainda, as seguintes I - a difusão de valores fundamentais ao interesse social, aos direitos e deveres dos cidadãos, de respeito ao bem comum e à ordem democrática; II - consideração das condições de escolaridade dos alunos em cada estabelecimento; III - orientação para o trabalho; IV - promoção do desporto educacional e apoio às práticas desportivas não formais. (LDB 9394/96. p. 11, 2014).

3 EDUCAÇÃO NÃO FORMAL

A Educação Não Formal segundo Gohn (2006) é aquela que se aprende “no mundo da vida”, via os processos de compartilhamento de experiências, principalmente em espaços e ações coletivos cotidianas. Ela destaca também que a educação não formal ocorre em espaços que acompanham as trajetórias de vida dos grupos e indivíduos, fora das escolas, em locais informais, locais onde há processos interativos intencionais. Ou seja, locais que não são denominados instituições de ensino (escola), mas que tem uma intencionalidade, objetivos em transmitir conhecimentos. A educação não formal capacita os indivíduos a se tornarem cidadãos do mundo, no mundo. Sua finalidade é abrir janelas de conhecimento sobre o mundo que circunda os indivíduos e suas relações sociais, Gohn (2006). Sendo assim ela prepara os cidadãos através de construção de relações sociais, de aprendizagens coletivas que contribuam na busca da igualdade e justiça social.

Alguns pressupostos que a educação não formal poderá desenvolver como resultados:

Consciência e organização de como agir em grupos coletivos; a construção e reconstrução de concepção (ões) de mundo e sobre o mundo; contribuição para um sentimento de identidade com uma dada comunidade; forma o indivíduo para a vida e suas adversidades (e não apenas capacita o para entrar no mercado de trabalho); quando presente em programas com crianças ou jovens adolescentes a educação não formal resgata o sentimento de valorização de si próprio (o que a mídia e os manuais de autoajuda denominam simplificadaamente, como a autoestima); ou seja dá condições aos indivíduos para desenvolverem sentimentos de autovalorização, de rejeição dos preconceitos que lhes são dirigidos, o desejo de lutarem para ser reconhecidos como iguais (enquanto seres humanos), dentro de suas diferenças (raciais, étnicas, religiosas, culturais, etc.); os indivíduos adquirem conhecimento de sua própria prática, os indivíduos aprendem a ler e interpretar o mundo que os cerca. (GOHN. 2006, p.31).

Pode-se observar o quanto a educação não formal contribui para a formação de um cidadão crítico, ativo e participativo. Nessa forma de educação as metodologias utilizadas no processo da aprendizagem partem da cultura dos envolvidos, ou seja, das problematizações do cotidiano, dos desafios e obstáculos colocados em discussão.

Gohn (2006) relata que:

Neste sentido tem um caráter humanista. Ambiente não formal e mensagens veiculadas 'falam ou fazem chamamentos' às pessoas e aos coletivos, e as motivam. Mas como há intencionalidades nos processos e espaços da educação não formal, há caminhos, percursos, metas, objetivos estratégicos que podem se alterar constantemente. (GOHN. 2006, p. 32).

Desta forma, é fundamental que os educadores, gestores, ou seja, os indivíduos que trabalham com grupos organizados ou não sejam importantes no processo de absorção de conhecimento e articulação entre as ideias e opiniões de cada membro do grupo. Sempre ressaltando os objetivos que caracterizam a educação não formal, como educação para cidadania, justiça social, liberdade, igualdade e democracia. O poder local de uma comunidade e as possibilidades emancipatórias e civilizadoras de organizações devem ser organizados, com planejamentos e objetivos a serem atingidos, respeitando a cultura e diversidade existente, propiciando assim a contextualização da identidade dos envolvidos.

Segundo Gohn (2010), a participação de cidadãos na educação não formal tem ocorrido de quatro maneiras: movimentos sociais, ONGs, fóruns e assembleias, podendo observar essa educação em várias esferas da sociedade.

O processo político-pedagógico de aprendizagem e produção de saberes da educação não formal, segundo Gohn (2010) possui várias dimensões:

- Aprendizagem política dos direitos dos indivíduos como cidadãos.
 - Aprendizagem dos indivíduos para atuarem no mundo do trabalho.
 - Aprendizagem pela cultura, de conteúdos que possibilitem aos indivíduos fazer uma leitura do mundo, do que se passa ao redor.
 - Aprendizagem e o exercício de práticas que capacitam os indivíduos a se organizarem com objetivos comunitários, voltados para a resolução de problemas coletivos.
 - Aprendizagem gerados à partir da interação entre educação formal e não formal.
 - Aprendizagem coletiva adquiridas segundo eixos temáticos: Questões étnico raciais, gêneros, geracionais e de idade etc.
- (GOHN, 2010.p. 36).

Desta forma, as práticas da educação não formal se desenvolvem extramuros escolares, nas organizações sociais, nos movimentos sociais, elas estão no centro das atividades das ONGs, especialmente no campo das artes, educação e cultura.

No foco desta discussão é apresentado o pedagogo social.

3.1 O PEDAGOGO SOCIAL NO CONTEXTO DA EDUCAÇÃO NÃO FORMAL

O processo de ensino e aprendizagem ocorre em diversos locais e tendo-se a consciência da importância da educação de forma ampla, utilizando as bases teóricas e práticas apreendidas ao longo do curso de Pedagogia e em cursos de especialização, o pedagogo vem ganhando um espaço significativo dentro dos processos da Pedagogia Social e suas áreas de atuação.

Libâneo (2006) salienta a importância do Pedagogo e suas práticas no mundo contemporâneo. Se pensarmos hoje na figura do pedagogo, muitas vezes pensasse num professor, no entanto, devido às demandas sociais existentes, ele está em outras instâncias da sociedade.

Para esse autor:

[...] o pedagogo é o profissional que atua em várias instâncias da prática educativa, direta ou indiretamente ligadas à organização e aos processos de transmissão e assimilação ativa de saberes e modos de ação, tendo em vista, objetivos de formação humana, definidos em sua contextualização histórica (2002 p. 68).

Desta forma, as práticas educativas não se restringem à escola ou à família, elas ocorrem em todos os lugares e contextos em que haja existência individual, social e humana, de modo institucionalizado ou não, sob várias modalidades, a qual se pode- citar: processos de aquisição de saberes não intencionais e não institucionalizados, caracterizando como educação informal, há também as práticas educativas realizadas em instituições não convencionais de educação, mas com certo nível de intencionalidade e sistematização, como podemos ver hoje em organizações profissionais, meios de comunicação, agências de grupos sociais específicos, caracterizando assim como não formal e por fim as práticas educativas com elevados graus de intencionalidade e sistematização, realizadas nas escolas. (LIBÂNEO, 2002).

Para Libâneo são esses processos que compõe o objeto de estudo da pedagogia, compondo um campo de investigação, ela estuda as práticas educativas tendo em vista especificar finalidades, objetivos sociopolíticos e as formas das intervenções pedagógicas, é aí que entra o profissional da Pedagogia que fará essa mediação, das experiências e histórias de vida do sujeito e com a formação e inserção de um sujeito integral e integrador na sociedade.

O pedagogo hoje é o profissional que atua em várias instâncias de práticas educativas, direta ou indiretamente, vinculadas aos processos do saber e ações, tendo a base da formação humana. Libâneo (2002), diz que dentre esses espaços, o Pedagogo pode desempenhar suas funções nos sistemas macro, intermediários ou micro de ensino sendo (administradores, gestores, professores, supervisores, planejadores, pesquisadores, formadores e outros) e por isso, este autor entende que a formação do professor e a do pedagogo, não pode ser realizada em um único curso de formação de educadores, que hoje é representado pela Associação Nacional pela Formação dos Professores (ANFOPE).

A proposta do autor era a de que houvesse dois cursos, um de pedagogia para formar o Pedagogo *stricto sensu* e um de licenciatura para formar professores para os níveis fundamentais e médios de ensino. Uma proposta coerente com uma visão de educação como prática social. Desde quando foi apresentada pela primeira vez, no 6º Encontro Nacional da ANFOPE, realizado em 1992, em Belo Horizonte, a proposta tem sido motivo de polêmicas e discordâncias, por esse grupo que defende a docência como base da identidade profissional do pedagogo. Libâneo (2002) defendia seus preceitos em debates, congressos e simpósios da área.

Libâneo (2006) afirma que o trabalho pedagógico e político dos educadores não estão restritos a sala de aula, mas a um contexto complexo e de formação geral

é trabalho pedagógico, mas nem todo trabalho pedagógico é trabalho docente. Um professor é um pedagogo, mas nem todo pedagogo precisa ser professor. Isso de modo algum leva a secundarizar a docência, pois não estamos falando de hegemonia ou relação de precedência entre campos científicos ou de atividade profissional. Trata-se, sim, de uma epistemologia do conhecimento pedagógico. (...) Precisamente pela abrangência maior do campo conceitual e prático da Pedagogia como reflexão sistemática sobre o campo educativo, pode-se reconhecer na prática social uma imensa variedade de práticas educativas, portanto uma diversidade de práticas pedagógicas. Em decorrência, é pedagoga toda pessoa que lida com algum tipo de prática educativa relacionada com o mundo dos saberes e modos de ação, não restritos à escola. A formação de educadores extrapola, pois, o âmbito escolar formal, abrangendo também esferas mais amplas da educação não-formal e formal. Assim, a formação profissional do pedagogo pode desdobrar-se em múltiplas especializações profissionais, sendo a docência uma entre elas. (LIBÂNEO, 2006, p.7).

Levando em conta a citação acima e de acordo com as investigações dos autores: Geraldo Caliman, Roberto da Silva e a Stela Graciane (2012), têm alguns fatos comuns a este campo educativo, da educação não formal, que acontecem em espaços sociais, populares, coletivos e que muitas vezes são ofertados por ONGs,

que não dispõe de embasamento científico, com atuações de profissionais sem formação pedagógica; e pela ausência de autonomia e capacitação, muitas vezes, criamos uma confusão quanto ao conceito e o papel do educador social, educador popular ou educador comunitário.

Para enfrentar tal questão, os autores citados acima, sugerem após estudos e justificativas dos grupos GPPS - Grupo de Pesquisa Pedagogia Social e também da ABRAP Social - Associação Brasileira de Pedagogia Social, que para distinguir esses campos, facilita-se fazendo uma desconstrução do termo Educação Não Formal e o reagrupamento de algumas práticas da Educação Popular, social e comunitária em quatro domínios: 1. Domínio sociocultural; 2. Domínio sociopedagógico; 3. Domínio sociopolítico; 4. Domínio epistemológico.

Assim, caracteriza-se: O **domínio sociopedagógico** - tem como áreas de conhecimento a Infância, Adolescência, Juventude e Terceira Idade; o **domínio sociopolítico** tem como áreas de conhecimento os processos sociais e políticos expressos, por exemplo, na forma de participação, protagonismo, associativismo, cooperativismo; O **domínio sociocultural** tem como áreas de conhecimento as manifestações do espírito humano, expressas por meio dos sentidos, tais como as artes, a cultura, a música, a dança e o esporte em suas múltiplas manifestações e modalidades e o **domínio epistemológico** tem como áreas de concentração os processos inventivos e criativos originários do exercício das faculdades mentais humanas, notadamente a pesquisa, a ciência e a tecnologia enquanto meios para alargar a compreensão humana sobre os processos que o próprio ser humano desencadeia.

Nota-se que cada um possui um *locus* e conseqüentemente uma *práxis* adequada a cada situação. Ao longo dos quatro Congressos Internacionais de Pedagogia Social (CIPS 2006, 2008, 2010 e 2012) ficou suficientemente justificada a Pedagogia Social como Teoria Geral da Educação Social. Também ficaram suficientemente evidenciadas que as práticas de Educação popular, social e comunitária desenvolvidas no Brasil são, à luz desta Teoria Geral da Educação Social, práticas de Educação Social e não práticas de Educação não formal. (CALIMAN; SILVA; GRACIANE, 2012).

4 PEDAGOGIA SOCIAL NO CONTEXTO DAS TEORIAS E EM DIFERENTES PAÍSES

A Pedagogia Social é a Teoria Geral da Educação Social, portanto, área do conhecimento das Ciências da Educação, que constitui a base teórica para as práticas de Educação Popular, Educação Sociocomunitária e práticas de educação não escolares, indo além do espaço físico das escolas voltados para pessoas ou grupos em situação de vulnerabilidade e marginalizados. Nesse sentido, essa pedagogia se define, segundo Caliman (2009, p. 53), por “uma ciência prática, social e educativa não formal, que justifica e compreende em termos mais amplos, a tarefa da socialização”, sendo que no âmbito mais restrito é uma prática educativa que busca a “prevenção e a recuperação no âmbito das deficiências da socialização (p. 53)” Essa autor, define ainda uma perspectiva pedagógica junto aos problemas sociais, quando diz que:

[...] a Pedagogia Social tem como finalidade de pesquisa a promoção de condições de bem-estar social, de convivência, de exercício de cidadania, de promoção social e desenvolvimento, de superação de condições de sofrimento e marginalidade (CALIMAN. 2009, p. 59).

Nessa perspectiva, para Machado (2002, p. 2):

A Pedagogia Social apresenta-se em diferentes autores, como uma ciência que propicia a criação de conhecimentos, como uma disciplina que possibilita sistematização, reorganização e transmissão de conhecimentos e como uma profissão com dimensão prática, com ações orientadas e intencionais.

Esta autora ainda ressalta que o significado científico, disciplinar e intervencionista da Pedagogia Social, apresenta conceitos diversificados, acumulados no tempo em função dos contextos, e por fim a Pedagogia Social é definida pelas transformações geradas pela integração e reestruturação da nova ordem capitalista mundial na organização e gestão da educação, seja ela formal ou não Formal.

Ressalta ainda, Machado (2009) que a construção, o desenvolvimento e a consolidação da Pedagogia Social, foram influenciados por diferentes correntes e autores. Precisa-se conhecer o processo epistemológico e contextual dessa

pedagogia, com seus paradigmas e suas áreas de aplicação. Afirma-se que ela esteve presente em questões sociais assumidas por filósofos e educadores, de Platão a Pestalozzi, desde o mundo clássico, com perspectivas humanitária e filosófica. Passou por Comenius que se tornou o primeiro educador a formular uma concepção pedagógica social de caráter místico-humanitário. Ou seja, antes do termo Pedagogia Social, ações e tentativas de se encontrar soluções para problemas sociais, já existiam.

A Pedagogia Social surgiu na Europa e seu conceito foi discutido por educadores alemães como Karl Mager¹, Adolph Diesterweg², e no século XIX (1898) a obra mais significativa foi de Paul Natorp³, que tem influências de Platão e nas teorias epistemológicas e éticas de Kant e educativas de Pestalozzi. Natorp defende, como um dos conceitos básicos, a comunidade, contrapondo-se ao individualismo que considera a origem e causa dos conflitos sócio políticos da Alemanha. (MACHADO, 2009).

No plano teórico, destaca-se principalmente a obra de Nohl⁴ quando disse que a Pedagogia Social não se refere a toda Pedagogia, mas à parte relacionada à educação popular. E o conceito relacionado à educação fora da família e da escola, cresce com um de seus colaboradores, sua aluna e professora a alemã Gertrudes Bäumer (1873-1954) que entende a Pedagogia Social como tarefa educativa social e estatal, desde que realizada fora da escola. (MACHADO, 2009).

Outra concepção é o da Pedagogia Social voltada à formação políticas das pessoas, como defendem o nacional socialismo que tinha como objetivo planificar a

¹ Educador alemão (1810-1858). Estudou filologia em Bonn, Berlim e Paris. Estudou a pedagogia de Pestalozzi. Teve influência na educação pública alemã. Em 1844 cunhou o termo “Educação Social” ou “Pedagogia Coletiva”. um conceito amplo de educação que incide sobre a aquisição da cultura por parte da sociedade.

² Professor alemão (1790-1866), seguidor de Pestalozzi (1746-1877). Tinha como princípios didáticos a intuição e a espontaneidade. Esteve envolvido na política social. Teve grande influência para a educação progressista.

³ Filósofo e pedagogo alemão (1854-1924). Desenvolveu um conceito de pedagogia social, em que educação ocorre exclusivamente em e através da comunidade. O objetivo final da educação, que é sempre a educação social, é participar na construção de comunidades.

⁴ Hermann Nohl (1920-1933), pedagogo alemão da primeira metade do século XX. Foi teórico da Pedagogia Social, entendida como uma ciência do espírito. A partir dos anos 20, foi um dos primeiros impulsores e formuladores da Pedagogia Social, em seu sentido atual. É conferido a Nohl a categoria de ser um dos pioneiros da educação social comunitária.

economia, estatizar todas as empresas e socializar os meios de produção. Essa ideia encontra-se na obra de Ernst Krieck⁵.

Além das concepções *idealistas* e *nacionalistas* apresentadas acima, tem-se as direções *naturalista* representada por Paul Bergemann⁶ com embasamentos na Antropologia e Biologia, a *historicista* com os defensores Otto Willman (1839-1920) filósofo e educador alemão, e Paul Barth (1858-1920), sociólogo alemão, ressaltando a importância da Pedagogia de se ocupar das ações e fenômenos coletivos. A *sociológica*, está representada principalmente por Durkheim, Mannheim explicitando as relações entre Sociologia e Educação, e com tais direções a de maior repercussão foi a sociológica. (MACHADO, 2009).

Para Machado (2008) após estudos e análises mais recentes, aponta a presença da Pedagogia Social *socialista-marxista* nos trabalhos de Otto Rühle (1874-1943), ativista do movimento operário alemão e de Siegfried Bernfeld (1892-1953), educador e psicanalista austríaco, com críticas ao enfoque liberal dado à área, ou nas obras do pedagogo polonês Suchodolski, que enfatiza a educação social como meio de se atingir uma formação comunista, expressa pela superação de ideais humanistas e pela proposição de formar revolucionários anticapitalistas. Destaca a autora que a concepção *crítica* está presente a partir de 1968 nos trabalhos de Rössner, e Müller evidencia-se uma Pedagogia Social com caráter pragmático, dentro do conjunto de Ciências Sociais. (MACHADO, 2008).

Sabe-se que há inúmeras concepções e correntes de abordagem da Pedagogia Social, com perspectiva humanista, filosófica e política, e apresenta-se de maneira diversificada em vários países e a forma mais descrita para identificar os profissionais da área é a de *Educador Social*. Com tantas mudanças emergências da nossa sociedade, identifica-se que o objeto da Pedagogia Social é a Educação Social.

Como a pedagogia social apresenta-se de maneira diversificada em vários países, Machado (1998), ressalva que em relação à nomenclatura referente ao profissional da área, não existem um consenso, a forma mais difundida para identificar o profissional é o Educador Social. Em países como Alemanha, Portugal,

⁵ Ernst Krieck (1882-1947), pedagogo e filósofo alemão. Foi professor de Pedagogia da Universidade de Frankfurt.

⁶ Educador alemão (1862-1946) representante da pedagogia social inspirado nos métodos da sociologia científica que seguem o procedimento empírico-indutivo. Uma de suas obras de orientação naturalista traz o título: "Pedagogia Social sobre a base científico-experimental", publicada em 1900.

Espanha e Dinamarca, a denominação de Educador Social associa-se à de Pedagogo Social, ou seja, no geral representa a figura única e polivalente do educador no quesito de uma atenção sócio cultural. Já na Holanda, Suíça, França e Bélgica, esse profissional tem que ter uma especialização para atendimento ao público com dificuldades nessa atenção da sociedade e cultura. No Reino Unido e Irlanda do Norte, os trabalhos com a juventude e com a comunidade, situam-se próximo ao Educador com especialização, distinguindo-se por não trabalhar em instituições formais (MACHADO, 1998).

Assim, a Pedagogia Social é tida como a ciência da educação social, produzida pelos meios de comunicação e extraescolar, relacionada pela educação não formal. Isto quer dizer que ela acontece da sociedade para o indivíduo, ou seja, uma integração da pedagogia com a sociologia, uma vez que a pessoa tem de ter acesso a todos os meios de educação, envolvendo família, escola, igreja, estado entre outros. Machado (1998) ainda investiga, uma gama da Pedagogia Social, disposta em vários países da Europa como: na França, tem-se uma definição após a segunda Guerra Mundial, logo se associa à questões sociais, animação cultural, educação de adultos e reintegração em empresas. Nos países Anglo-saxões se associa com o foco de eliminar a pobreza, problemas sociais relacionados a drogas, pré-conceitos étnicos. Na Espanha, por influência dos alemães segue a linha de Nartop enfatizando a educação coletiva e nada individual, desenvolvida tanto na família, quanto na comunidade.

Na década de 70, a Pedagogia Social enquanto disciplina foi identificada como a Sociologia da Educação; nos anos 80 apresenta novos direcionamentos focando a comunidade científica pedagógica, envolvendo discussões como a teoria e a práxis; na Espanha nos anos de 1983 e 1994 surge a oferta da Pedagogia Social em Universidades e iniciam-se discussões, palestras e no ano de 1991 consolida-se a formação da Pedagogia Social incluindo na licenciatura e complementando a formação. Nos países da América Latina, é regulamentada em alguns países como México, Argentina, Chile e Venezuela, a Pedagogia Social ainda é pouco conhecida enquanto abordagem teórica e qualificação regular. Machado (1998) conclui que o Uruguai é uma das referências na área.

Contudo, pode-se retratar dois campos da Pedagogia Social, o primeiro trata-se do processo de socialização do indivíduo onde objetiva-se atuar no campo da cultura, e o outro, no mundo do trabalho, nas formas de gerar emprego e renda.

Um olhar para a história e territórios que produziram concepções distintas e teorias sobre a Pedagogia Social, nos revelam que elas sempre foram desenvolvidas na Europa e para os países de 3º mundo, além de tardia, essa Pedagogia orienta-se na prática de educabilidade humana para pessoas com condições desfavoráveis, mas que pode atender a todos os públicos. A Pedagogia Social apresenta-se de maneira diversificada nos diferentes países e muitas vezes nos diferentes espaços formadores e de trabalho.

4.1 PEDAGOGIA SOCIAL NO BRASIL

Para Machado (2008), a Pedagogia Social está presente em intervenções de diferentes naturezas. Aqui no Brasil destacou-se o modelo de Educação Popular com a abordagem teórica desenvolvida por Paulo Freire para educação de adultos na década de 60. Sua técnica se expandiu em campanhas de educação aqui e em outros países. Com uma pedagogia “não autoritária”, mostrando que a sua tese sobre a pedagogia do oprimido, tem como objetivo a necessidade de uma pedagogia dialógica emancipatória, ou seja, em oposição à pedagogia da classe dominante, que contribua para a sua libertação e sua transformação em sujeito consciente e autor da sua própria história através da práxis enquanto unificação entre ação e reflexão.

Segundo Machado (2002), os cursos de Pedagogia no Brasil, desde 1939 centrou-se na formação do docente para atuação na educação formal, regular e escolar, nas três regulamentações do Curso, nos anos de 1939, 1962 e 1969 propiciam pouca análise e reflexões em projetos das Instituições de formação.

Sendo assim, estudiosos da Pedagogia Social no Brasil: Machado (2002), Silva (2006), e Ferreira (2006) analisaram as estruturas curriculares tradicionais e estruturas de currículos mais atuais, e concluíram que a ideia do currículo mínimo proposta nestes períodos citados acima, discutia a pouca flexibilidade dos currículos e também as possibilidades de inovações nos projetos curriculares das instituições formadoras. Essas questões foram rompidas com a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Brasileira - LDB 9394/96. Neste período, o currículo mínimo foi substituído pelas Diretrizes Curriculares de cada nível e modalidades de ensino, e foram abertas possibilidades sobre a formação de educadores para atuação em ambientes "não escolares".

Machado (2002) indica que nos 60, ocorrem mudanças metodológicas devido ao contexto em que se constata um aumento do número de instituições sócio educativas; e conseqüentemente cresce o número dos educadores sociais envolvidos; nota-se uma diversificação na tipologia ou modalidades de atendimento; acontecem grandes mudanças metodológicas, com a reformulação dos projetos educativos de programas antigos baseados no assistencialismo e na ação caritativa; cresce também a demanda por formação específica no âmbito da educação social. E a partir da década de 70, essa demanda torna-se mais intensa, e com esforços pedagógicos utiliza-se de experiências e contribuições desenvolvidas em países europeus, como a Itália, Alemanha, Portugal e Finlândia.

Essa autora nos remete à reflexão de que os conflitos sociais que envolvem a escola no Brasil, especialmente a pública, constituem-se em um desafio para as metodologias construídas entre a Pedagogia e o Serviço Social e representam um laboratório para a Pedagogia Social, que tende a ser concebida como uma ciência que pertence ao rol das Ciências da Educação, uma ciência sensível à dimensão da sociabilidade humana, ou seja, que se ocupa particularmente da educação social de indivíduos historicamente situados. Uma educação que ocorre de modo particular lá onde as agências formais de educação não conseguem chegar; nas relações de ajuda a pessoas em dificuldade, especialmente crianças, adolescentes e jovens que sofrem pela escassa atenção às suas necessidades fundamentais.

Diante do que já foi exposta, a educação transcende o âmbito escolar, e para isso, são necessários pedagogos para vários campos sócio educacionais. Um autor que nos traz uma vasta contribuição sobre a Pedagogia Social é o Caliman (2006, p. 5), este defende a Pedagogia Social como uma ciência em construção e voltada para as classes populares. Todavia, também argumenta a necessidade de estudos mais aprofundados sobre as práticas que estão sendo realizadas nesta área. Este autor ainda contribui apresentando objetivo e formas de sistematizar os conhecimentos pedagógicos para compreender melhor a prática na realidade da pedagogia social. Assim como:

o objetivo da Pedagogia Social é o de agir sobre a prevenção e a recuperação das deficiências de socialização, e de modo especial lá onde as pessoas são vítimas da insatisfação das necessidades fundamentais. Podemos reafirmar, portanto, que no Brasil atual a Pedagogia Social vive um momento de grande fertilidade. É um momento de criatividade pedagógica mais que de sistematização dos conteúdos e dos métodos. Em

outras palavras, mais que pedagogistas, temos no Brasil educadores que colaboram com o nascimento e o desenvolvimento de um *know how* com identidade própria, rica de intuição pedagógica e de conteúdos. Ao mesmo tempo nos damos conta de que é chegado o momento no qual precisamos sistematizar toda essa gama de conhecimentos pedagógicos para compreender melhor e interpretar a realidade e projetar intervenções educativas efetivas. (CALIMAN, 2006, p.5).

Nessa mesma linha de reflexão e nesse processo histórico, Machado (2009) relata que as discussões iniciais da Pedagogia Social no Brasil dirigiram-se às reflexões e análises para intervenções fora da escola em processos não formais. Estabeleceu-se inicialmente uma pedagogia da negação: o não escolar, o não formal. A própria escola, em suas relações com a família e a comunidade, exige atenções que extrapolam os limites das possibilidades de atendimento pela educação formal e que explicitam a emergência de um olhar socioeducativo para seu entorno.

Assim, nessas análises e reflexões, percebe-se que hoje, o contexto e a realidade são diferentes, devido a processos de globalização estamos em constantes processos de mudanças, que interferem na educação e que nos remete também a criar uma nova consciência social e uma participação política dos envolvidos nos processos educativos. Não basta apenas colocar a educação como oportunidade de inclusão, precisa focar em um objetivo que tenha um mecanismo concreto que assegurem valores democráticos e, sobretudo, a participação ativa dos indivíduos, de forma que alcancem o exercício pleno de cidadania. Portanto, o educador social e o profissional da Pedagogia Social, tornam-se grandes protagonistas de intervenções nesse processo.

4.2 A PEDAGOGIA SOCIAL EM CONSTRUÇÃO NO BRASIL: CONGRESSO 2014

A educação de modo geral, sempre teve um aspecto de atraso e descompromisso pelo poder público, dessa forma a Pedagogia Social, está inclusa dentro do quadro de desmerecimento no que diz respeito há Pedagogia Social, para Libâneo (2004), a sociedade moderna apresenta demandas socioeducacionais que ultrapassam os limites formais e regulares da escola. Juntamente com debates sobre as questões prioritárias da educação básica, novas demandas incorporam a formação do educador.

A luta da Pedagogia Social como nova área do conhecimento, traz muitos encontros para a discussão e recentemente entre as datas de 29 e 30 de agosto de 2014, aconteceu um Seminário Internacional conforme os dados do Seminário, que seguem:

Com a participação de 35 grupos de Pesquisa Brasileiros e Internacionais que têm a Pedagogia Social como referência em suas pesquisas Realizou-se na Universidade Mackenzie em São Paulo, quando o Prof. Dr. Geraldo Caliman, Coordenador da Cátedra UNESCO de Juventude, Educação e Sociedade, proferiu a conferência de Pedagogia Social que prevalece na Educação Social brasileira.

O objetivo desse encontro é fazer do processo de construção da Pedagogia Social, e os estágios que se encontram nas organizações, formação e pesquisas e produções nas IES brasileiras (Institutos de Ensino Superior). A coordenação e articulação desta área é feita à partir de três IES sediadas em São Paulo, Mackenzie, USP e PUC e os grupos descentralizados em diversas regiões do país. Uma reunião de caráter acadêmico científico entre líderes de grupos de pesquisadores, todos registrados no CNPq tendo a Pedagogia Social como referencial teórico para suas práticas. Esse grupo alinhado com a Cátedra UNESCO da Juventude, Educação e Sociedade. Outro objetivo é o de delinear currículos formativos dos educadores sociais brasileiros em diversos níveis como Técnico, Universitário e Pós-graduado e esse desafio representa a definição do perfil profissional, uma vez que a demanda social atual requer um profissional alinhado com direitos humanos, o reconhecimento da profissão de Educador Social, esse assunto está em tramitação há cinco anos no Congresso Nacional e a organização do V Congresso Internacional de Pedagogia Social.

Outro evento importante referido recentemente na data de 23 de agosto de 2014 foi o Seminário Internacional Tendências e Dilemas Mundiais das Políticas da Educação, uma iniciativa da Escola de Educação e Humanidades da Universidade Católica de Brasília (UCB). Esse seminário vem discutir às ações de ensino, pesquisa e extensão voltados para o enfrentamento da contemporaneidade envoltos aos desafios.

Como escreve Saviani (2006), a Pedagogia Social é a ciência da educação, que se identifica com o saber que se constrói na Pedagogia, e divide espaço com a Sociologia, Antropologia e História da Educação, esses encontros e seminários visam justamente apropriar-se da análise de indivíduos e da sociedade. Outros

países possuem condições de desenvolvimento intelectual da área, estrutura acadêmica, estrutura social, com associações e publicações especializadas, além de ter um título profissional, esses seminários discutem justamente essas questões. Nosso país ainda tem muito a desenvolver nessa área.

Outro encontro apresentada pelo Laboratório de Pedagogia Social, é a Reunião do Grupo de Pesquisa juventude, Educação e Sociedade (CNPq), onde foi apresentado o estado da arte da pesquisa “Juventude Universitária e Direitos Humanos”, bem como as produções preliminares realizadas a partir de leituras dos dados obtidos nos grupos focais com livros do CALIMAN, e artigos dos autores: SOUSA, GOMES, LIMA, MANICA e DASSOLER , esse grande grupo também contou com a presença da Dra. e Profª Divaneide Paixão que apresentou um software *Alceste*, um instrumento que possibilita a análise de dados quanti-qualitativos, a partir dos discursos dos respondentes, sendo assim a pesquisa permanece em andamento , assim como as leituras e análises de diversos dados gerados, visando novas produções.

Desta forma, no Brasil, a pedagogia social ainda está em construção, mas já tem avanços como descreve Machado (2009):

As referências às bases teóricas da Pedagogia Social no país estão se construindo gradativamente. Resultam da análise da própria prática que se consolida, da correlação com as bases da educação escolar em diferentes níveis, de aportes teóricos provenientes de diferentes áreas, especialmente da Pedagogia, da Sociologia, da Psicologia e da Assistência Social, de pesquisas relacionadas à expansão da área no Brasil, dá análise da história da Pedagogia social e de estudos comparados sobre a área em diferentes contextos. É recente a problematização de pesquisas relacionando políticas públicas, formação e trabalho, ou seja, inserindo a formação e o trabalho na área sócio-pedagógica no contexto das políticas públicas nacionais (MACHADO, 2009. P.7).

Sendo assim, a autora ainda ressalta que precisamos fortalecer o diálogo com a própria Pedagogia Social, que enquanto ciência e formas de intervenções educativas, já possui fontes que possam subsidiar a construção e referências como base teórica a realidade nacional.

5 METODOLOGIA

Este trabalho teve como procedimento metodológico a pesquisa bibliográfica e a pesquisa de campo.

Segundo Gil (1991, p. 48), “A pesquisa bibliográfica é desenvolvida a partir de material já elaborado, constituído principalmente de livros e artigos científico”.

Quanto à pesquisa de campo, ela se deu por meio de visitas técnicas, em uma instituição socioeducacional na região metropolitana de Curitiba, tendo como mantenedora uma Empresa Multinacional, com o objetivo de discutir as funções de um pedagogo nas ações educativas não escolares de um projeto social, por meio de observações e relatos de uma assistente social que também é pedagoga, e de uma pedagoga atuante nesse projeto.

A visita técnica ocorreu em dois momentos distintos. No dia 14 de novembro de 2014, por intermédio da Disciplina Pesquisa e Prática Pedagógica em Organizações Não Escolares, ministrada pela Professora e Mestre Maria Francisca Boas Leffer, do 8º Período do Curso de Pedagogia da Universidade Tuiuti do Paraná. Esses dados levantados na visita aconteceram por meio de observação assistemática, ou seja, não foi usada uma entrevista pré-estabelecida, concentrou-se nos registros das respostas dadas diante das perguntas que foram feitas após palestras ministradas pelas profissionais.

A pesquisa de campo, segundo Marconi e Lakatos (1982).

É aquela utilizada com o objetivo de conseguir informações e/ou conhecimentos acerca de um problema, para o qual se procura uma resposta, ou de uma hipótese, que se queira comprovar, ou, ainda, descobrir novos fenômenos ou as relações entre eles. (p. 64).

Quanto à pesquisa de observação, Marconi e Lakatos contribuem dizendo que:

A observação é uma técnica de coleta de dados para conseguir informações e utiliza os sentidos na obtenção de determinados aspectos da realidade. Não consiste apenas em ver e ouvir, mas também em examinar fatos ou fenômenos que se desejam estudar.[...] É um elemento básico de investigação científica, utilizado na pesquisa de campo. A observação ajuda o pesquisador a identificar e a obter provas a respeito de objetivos sobre os quais os indivíduos não têm consciência, mas que orientam seu comportamento. (2003, p. 191).

5.1 LEVANTAMENTO DOS DADOS – ENTREVISTA COM A PEDAGOGA COORDENADORA DO PROJETO SOCIOEDUCATIVO

A primeira visita técnica se deu no segundo semestre de 2014, com a Assistente Social. Esta apresentou primeiramente, às características do Projeto numa breve contextualização.

A) CONTEXTUALIZAÇÃO DO PROJETO.

Esse projeto foi criado no final dos anos 70, com a sensibilização dos seus idealizadores por ver muitas crianças nas ruas, e o desejo de oferecer uma nova chance de vida essas crianças e adolescentes em risco social. No começo apareceram muitas dificuldades em relação à falta de pessoal técnico especializado.

O projeto tinha como denominação inicial, “Abrigo”. Com as modificações do Estatuto da Criança e do Adolescente sob a Lei nº 8069 de 13 de julho de 1990, trazidas pela nova Lei nº 12.010 de 3 de agosto de 2009, a nomenclatura mudou para Instituição de Acolhimento. As crianças acolhidas precisavam de um ambiente com as características mais próximo possível de um ambiente familiar. Com isso foi possível através dessa nova Lei, ter uma mãe social que cuidasse das crianças e morasse com elas na mesma casa, isso acontece para que as crianças tenham referência de mãe.

B) CRITÉRIOS PARA O RECEBIMENTO DAS CRIANÇAS AO PROJETO

Os critérios para recebimento dessas crianças passam por um encaminhamento jurídico. O conselho tutelar pode levar as crianças em situação de risco para a fundação, quando necessário na casa de passagem, que a fundação possui. Não se pode tirar a criança do ambiente familiar em caso de pobreza. Neste caso o município tem que oferecer ajuda. Tirar a criança da família só em casos extremos, pois deixa marcas nas crianças serem tiradas dos pais; quando isso acontece, a fundação acolhe a criança, mas procura preservar a sua individualidade.

C) O ESPAÇO DESTINADO A ESSAS CRIANÇAS

É uma chácara com um espaço bem amplo e muito bem cuidado; conta com muito verde de suas matas e plantações de frutas. Tem uma bela vista, espaço para cultura e lazer, onde as crianças e adolescentes podem desfrutar. As residências são bastante confortáveis, tem espaço para dez crianças em cada uma delas, ao todo são cinco (5) casas.

D) EDUCAÇÃO FORMAL PARA AS CRIANÇAS

As crianças da fundação vão para a escola regular no próprio bairro, mas enfrentam preconceitos. A fundação procura envolver a comunidade para tentar prevenir essas situações.

Além de frequentar as escolas da comunidade local, as crianças participam de outras atividades dentro da própria Fundação. Conforme a faixa etária, essas crianças participam de aulas de canto coral, dança, musicalização, flauta doce, orquestra de cordas, jardinagem e também tem aulas de reforço escolar, que é dado pelas pedagogas. Os adolescentes, a partir de 14 anos, são encaminhados para cursos profissionalizantes.

E) GRUPO DOS PROFISSIONAIS QUE ATENDEM NA INSTITUIÇÃO.

A fundação conta com uma equipe de nove (9) profissionais: um pai social, uma fonoaudióloga, uma psicóloga, duas pedagogas, um administrador e três (3) estagiárias, fazendo um trabalho de reintegração das crianças e adolescentes no convívio social. As pedagogas auxiliam as crianças nas tarefas de casa, no controle de faltas, realizam projetos dentro da Fundação. Faz acompanhamento das crianças através do PIA (plano individual da criança).

Segundo a Assistente Social, coordenadora do Projeto, esse trabalho realizado com as crianças e adolescentes, é significativo e muito gratificante, fazendo com que cada um se reconheça e se sinta valorizado.

5.1.1 Análise dos dados

Pode-se ver e perceber a importância do trabalho da Assistente Social e das Pedagogas nesse Projeto não formal de atendimento socioeducativo. São elas que

desenvolvem projetos, acompanham o desenvolvimento das crianças, num ambiente que não é a escola.

O processo político-pedagógico de aprendizagem e produção de saberes da educação não formal, segundo Gohn (2010) possui várias dimensões é possível afirmar pelos dados levantados que as práticas da educação não formal se desenvolvem extramuros escolares, nas organizações sociais, nos movimentos sociais; elas estão no centro das atividades das ONGs, especialmente no campo das artes, educação e cultura.

Vários estudiosos no Brasil têm procurado defender os direitos das crianças e adolescentes a uma educação de qualidade e com dignidade a todas as pessoas, indistintamente. Nesse sentido, a Pedagogia Social está sendo discutida no Brasil como uma maneira de repensar caminhos, práticas e teorias.

O pedagogo busca estratégias e metodologias que garantam uma melhor aprendizagem e apropriação de conhecimentos, de modo que estas melhorem tanto a qualidade da sua atuação profissional quanto pessoal.

5.2 DEPOIMENTO DA PEDAGOGA DO PROJETO SOCIOEDUCATIVO

A segunda visita técnica também ocorreu no segundo semestre de 2014, porém agora a palavra foi da Pedagoga que mantém projetos e cuida da parte pedagógica das crianças e adolescentes. Esta também apresentou as características do Projeto e uma breve contextualização e foi além, falando sobre as práticas pedagógicas e vivências do cotidiano, de acordo com as perguntas que lhe eram feitas.

A pesquisa de campo na forma de uma visita técnica possibilitou o conhecimento do vasto campo de atuação que o profissional da Ciência da Educação, o pedagogo pode desenvolver.

Libâneo (2006) afirma que o trabalho pedagógico e político dos educadores não estão restritos à sala de aula, mas a um contexto complexo e de formação geral.

Diz esse autor que nem todo trabalho docente

é trabalho pedagógico, mas nem todo trabalho pedagógico é trabalho docente. Um professor é um pedagogo, mas nem todo pedagogo precisa ser professor. Isso de modo algum leva a secundarizar a docência, pois não estamos falando de hegemonia ou relação de precedência entre campos

científicos ou de atividade profissional. Trata-se, sim, de uma epistemologia do conhecimento pedagógico. [...] Precisamente pela abrangência maior do campo conceitual e prático da Pedagogia como reflexão sistemática sobre o campo educativo, pode-se reconhecer na prática social uma imensa variedade de práticas educativas, portanto uma diversidade de práticas pedagógicas. Em decorrência, é pedagoga toda pessoa que lida com algum tipo de prática educativa relacionada com o mundo dos saberes e modos de ação, não restritos à escola. A formação de educadores extrapola, pois, o âmbito escolar formal, abrangendo também esferas mais amplas da educação não-formal e formal. Assim, a formação profissional do pedagogo pode desdobrar-se em múltiplas especializações profissionais, sendo a docência uma entre elas. (LIBÂNEO, 2006, p.7).

As pedagogas entrevistadas auxiliaram e foram fundamentais para o levantamento dos dados dessa pesquisa. Como já ficou esclarecido, a narrativa obtida se definiu numa visita técnica juntamente com acadêmicas do Curso de Pedagogia. Desta forma, a coleta dos dados aconteceu informalmente. Portanto, todas as perguntas aqui apresentadas foram feitas oralmente pelos(as) participantes dessa visita e respondidas pela pedagoga da Instituição, também oralmente. E como pesquisadora, fui registrando todos os dados.

A primeira questão levantada foi: **QUE ÁREAS DO CONHECIMENTO ENVOLVEM UM PROJETO SOCIAL COMO ESTE?**

“Além de nós, pedagogas, temos disponível nesse projeto uma psicóloga e também uma fonoaudióloga. Todos esses profissionais, além da formação, tem que desenvolver a humanização, uma vez que lidamos com crianças com problemas de afetividades. É bem desafiador, sabemos que a agressão está em todos os lugares, professores e educadores no ambiente formal, já lidam com essa realidade, porém não são todos os alunos que possuem problemas de disciplina, ou psicológicos, aqui todos possuem problemas com seus familiares que os abandonam e agridem; na sua maioria são dependentes de drogas e isso implicará diretamente no psicológico e cognitivo das crianças; no seu comportamento e processo de aprendizagem.

Enfim, estabelecemos metas conjuntas, com base na construção coletiva às demandas comuns das crianças, uma vez que os problemas, as necessidades e a carência, são no coletivo.”

Consolida-se assim, a interação dos profissionais como critério fundamental para que esta relação torne possível à vida comunitária do Projeto, em um contexto de ajuda mútua – apresentando nas ações a efetiva participação de programas e projetos, que auxiliem no desenvolvimento pleno das crianças e adolescentes.

A segunda questão levantada refere-se à prática pedagógica. Como sabemos na educação formal, temos um planejamento, seguido e embasado no Projeto Político Pedagógico da Escola, sendo assim perguntamos: **QUAIS ÀS AÇÕES EDUCATIVAS DO PEDAGOGO EM UM PROJETO SOCIAL?**

“Temos que lidar com a urgência de todos, no sentido de que as crianças frequentam normalmente a escola e nós reforçamos conforme suas necessidades. Ou seja, o planejamento pode mudar toda semana. Efetuamos um diagnóstico e elaboramos projetos com os temas como: cidadania, inclusão, enfim analisamos a problemática para realizar ações que propiciem mudanças. Muitas crianças chegam aqui, tímidas e agressivas, aos poucos vamos conversando, trabalhando com elas para que possam superar suas dificuldades e problemas psicológicos e cognitivos.

Desenvolvemos no período inverso da escola, ações socioeducativas com atividades que os despertam para um desenvolvimento pessoal e social. Apesar de estar trabalhando há pouco tempo no projeto, sinto que eles são bastante carentes e muitas vezes além de pedagoga, faço até o papel de “mãe”.

Uma vez que procuramos investigar a função do profissional da pedagogia, umas das perguntas relevantes foi: **HÁ ALGUMAS LIMITAÇÕES DO PEDAGOGO PELA SUA FORMAÇÃO NO CONTEXTO DESSE TIPO DE PROJETO?**

“Sou formada em Pedagogia e Artes e sempre trabalhei no município e estado, fui indicada pela nossa assistente social para essa vaga de Pedagoga. No começo senti um pouco de receio, mas assim como no ambiente formal, me adaptei e realizo atividades que competem a mim, no pedagógico, na alfabetização. Como foi dito antes, tive que me adaptar também para lidar com a agressividade das crianças e busquei pela experiência da assistente social, ajuda para essa adaptação.”

Seguindo essa linha de raciocínio, e a partir da informação coletada na pergunta acima, julgou-se necessário perguntar: **NA SUA FORMAÇÃO, QUAL PREPARO GOSTARIA DE TER TIDO EM TERMOS ACADÊMICOS PARA LIDAR COM MAIS COMPETÊNCIA NESSE PAPEL DE PEDAGOGO SOCIAL?**

“Quanto à aprendizagem foi suficiente, mas acredito quem queira ingressar nessa campo, ou até mesmo desenvolver um bom trabalho, deve-se buscar uma especialização.”

Como temos bastante embasamento quanto às metodologias, projetos e avaliações, tornou-se fundamental questionar: **QUAIS METODOLOGIAS, CONTEÚDOS E AVALIAÇÕES SÃO APLICADOS NESSE TIPO DE PROJETO?**

“Estamos criando nosso projeto pedagógico. Quanto à metodologia, esta é aplicada conforme a necessidade deles, que geralmente é na alfabetização. Eu trabalho bastante o português, temos projetos em artes, cidadania, o que nós vemos que eles estão precisando naquele momento. Eu sinto às vezes que meio período é pouco tempo, mas já ajuda nas suas defasagens.”

5.2.1 Análise dos dados

Partindo do pressuposto que a Pedagogia Social requer profissionais que possuam a docência como base, mas também atue em várias demandas sociais, caracterizando a Pedagogia como a Ciência da Educação, precisamos de mais estudos e políticas que sustente esse Pedagogo.

Um autor que nos traz uma vasta contribuição sobre a Pedagogia Social é o Caliman (2006, p. 5), este defende a Pedagogia Social como uma ciência em construção e voltada para as classes populares. Todavia, também argumenta a necessidade de estudos mais aprofundados sobre as práticas que estão sendo realizadas nesta área. Este autor ainda contribui apresentando objetivo e formas de sistematizar os conhecimentos pedagógicos para compreender melhor a prática na realidade da pedagogia social. Assim como:

o objetivo da Pedagogia Social é o de agir sobre a prevenção e a recuperação das deficiências de socialização, e de modo especial lá onde as pessoas são vítimas da insatisfação das necessidades fundamentais. Podemos reafirmar, portanto, que no Brasil atual a Pedagogia Social vive um momento de grande fertilidade. É um momento de criatividade pedagógica mais que de sistematização dos conteúdos e dos métodos. Em outras palavras, mais que pedagogistas, temos no Brasil educadores que colaboram com o nascimento e o desenvolvimento de um *know how* com identidade própria, rica de intuição pedagógica e de conteúdos. Ao mesmo tempo nos damos conta de que é chegado o momento no qual precisamos sistematizar toda essa gama de conhecimentos pedagógicos para compreender melhor e interpretar a realidade e projetar intervenções educativas efetivas. (CALIMAN, 2006, p.5).

Nesta perspectiva, destacamos neste trabalho a necessidade de pensar a educação, e a atuação de profissionais nas organizações não escolares, em concordância com os outros componentes da prática educativa, destacando a figura do pedagogo. Evidenciamos a exigência de um novo perfil de trabalhador, com um

nível de qualificação cada vez maior. Esses atributos parecem enfatizar aptidões cognitivas e conhecimentos teóricos.

Machado (2008) indica que uma investigação realizada com pedagogos em áreas socioeducativas, evidencia-se a falta de referências teórico-práticas específicas e sendo assim o trabalho pedagógico, aproxima-se das práticas escolares, uma vez que o intuito é ressaltar as áreas de atuação do Pedagogo com o interesse de delinear um curso que atenda a formação de um profissional que irá suprir às demandas sociais brasileiras, a ênfase curricular deveria ser direcionada às práticas, como no artigo:

Art. 5º O egresso do curso de Pedagogia deverá estar apto a:

I - atuar com ética e compromisso com vistas à construção de uma sociedade justa, equânime, igualitária;

IV - trabalhar, em espaços escolares e não-escolares, na promoção da aprendizagem de sujeitos em diferentes fases do desenvolvimento humano, em diversos níveis e modalidades do processo educativo;

IX - identificar problemas socioculturais e educacionais com postura investigativa, integrativa e propositiva em face de realidades complexas, com vistas a contribuir para superação de exclusões sociais, étnico-raciais, econômicas, culturais, religiosas, políticas e outras;

Acreditamos ser fundamental manter a formação do educador voltada para a atuação em diferentes contextos culturais e sociais – principalmente neste momento em que a educação pede por ajuda em diferentes contextos socioculturais e econômicos.

Ressaltamos aqui que as Diretrizes Curriculares para o curso de licenciatura em Pedagogia privilegiam a docência como função central, mas não deixam de apontar a formação do pedagogo para atuar em áreas diversas, nos quais necessitam de conhecimentos próprios, como de orientação, coordenação e outros. São elencadas as possibilidades de atuação dos pedagogos nos contextos onde se desenvolvem outros tipos de educação. Apesar de contemplar o que defende a ANFOPE, não resulta numa proposta que signifique um aprofundamento nas ciências da educação.

Conclui-se que a proposta da formação de Pedagogos está pautada na formação inicial dos conhecimentos, com base nas Diretrizes Curriculares Nacionais para o curso de Pedagogia (2006), se complementando com atividades extras curriculares, optativas em relação aos conhecimentos abrangidos no curso.

Entretanto, percebe-se que o pedagogo mais do que ninguém sabe o quanto é necessário obter uma boa formação durante o curso de Pedagogia. Mas é evidente que o profissional deve estar em constante processo de pesquisa e estudos que vão auxiliar conforme a demanda, seja ela formal ou não formal.

6 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Posso considerar que o desenvolvimento deste trabalho foi muito produtivo, esclarecedor e satisfatório, pois a cada etapa e construção surgiam indagações, motivando a gerar novas pesquisas, que possibilitaram agregar novos teóricos, em prol de compreender as questões socioeducativas da Pedagogia Social e também a função do profissional da Ciência da Educação, o Pedagogo, que possui um vasto campo de atuação devido às demandas sociais existentes hoje.

A pesquisa mostrou que é indiscutível a importância do pedagogo, não apenas como professor em ambientes formais, e que é necessário um espaço maior nos cursos de formação, pois o que existe não são suficientes para o pedagogo que for trabalhar nas áreas sociais, empresariais e hospitalares dentre outros.

Minhas expectativas e meus objetivos foram alcançados nesta pesquisa, tendo em vista a base teórica como também a pesquisa de campo. Essas me fizeram compreender ainda mais a função do Pedagogo em um espaço não formal; de como seu trabalho acontece e principalmente qual sua importância para a sociedade e para a educação. São diversos espaços que necessitam de conhecimentos e práticas pedagógicas. Nota-se que a formação do pedagogo ainda está direcionada essencialmente para o contexto formal de sala de aula, mas conforme está escrito nas Diretrizes Curriculares Nacionais do Curso de Pedagogia, a prática pedagógica vai além, ultrapassam os muros escolares, o que possibilita ao pedagogo, a inserção em diferentes campos de atuação.

A parte fundamental e o ápice da entrevista informal da Pedagoga foi quando ela respondeu a essa pergunta: **QUAIS ÀS AÇÕES EDUCATIVAS DO PEDAGOGO EM UM PROJETO SOCIAL?** Sendo a resposta:

“Temos que lidar com a urgência de todos, no sentido de que as crianças frequentam normalmente a escola e nós reforçamos conforme suas necessidades. Ou seja, o planejamento pode mudar toda semana. Efetuamos um diagnóstico e elaboramos projetos com os temas como: cidadania, inclusão, enfim analisamos a problemática para realizar ações que propiciem mudanças. Muitas crianças chegam aqui, tímidas e agressivas, aos poucos vamos conversando, trabalhando com elas para que possam superar suas dificuldades e problemas psicológicos e cognitivos. Desenvolvemos no período inverso da escola, ações socioeducativas com atividades que os despertam para um desenvolvimento pessoal e social. Apesar de

estar trabalhando há pouco tempo no projeto, sinto que eles são bastante carentes e muitas vezes além de pedagoga, faço até o papel de “mãe”. Assim, ficou respondido à pergunta inicial da pesquisa: qual a função do Pedagogo num Projeto de atendimento socioeducativo?

Tecer essa construção e apropriar-se de tais conhecimentos, após ler e reler, escrever, apagar e reescrever, foram emoções como: vou desistir, será que vou conseguir? Fez parte da trajetória de um ano, período o qual levei para realizar e concluir este trabalho, levando também em conta que colegas no curso de graduação e fora dele, me perguntavam, você vai ser professora? E sempre respondia: minha intenção é trabalhar com a educação, porém fora do ambiente escolar. Confesso que muitas vezes não fui compreendida. Eu mesma no primeiro período me indaguei se estava no caminho certo, mas hoje após o percurso de três (3) anos e meio na graduação, disciplinas e estágios e a própria pesquisa do Trabalho de Conclusão de Curso, mostraram-me a certeza da minha função; como me inserir na sociedade e mercado de trabalho, fazendo algo que acredito, mediando conhecimentos e ajudando pessoas na sua formação pessoal e social. Assim, ao mesmo tempo em que se ensina o pedagogo também aprende.

Não há como legitimar políticas que não correspondem à multiplicidade de uma sociedade. As escolas públicas não estão dando conta das demandas de alunos com problemas de aprendizagem, muitas vezes devido às causas pessoais; outras, por defasagem e descuidos do poder públicos, e como consequência dessas políticas, há a desmotivação de professores e educadores. A educação é uma das soluções para os problemas sociais do nosso país, pois através dela fortalecemos a cultura e identidade do nosso povo e como pedagogo, das nossas crianças.

Por fim, todas as aprendizagens, as descobertas, as oportunidades de conhecer docentes e discentes, apaixonados pela Pedagogia, e os conhecimentos que agreguei, agradeço primeiramente a Deus, que me deu sabedoria e força para não desistir, depois pela equipe de professores, doutores e mestres altamente qualificados, que foram a base dos meus conhecimentos metodológicos e pedagógicos, que me ajudarão a continuar no caminho da educação, seja ele formal ou não formal, mas com o intuito de ensinar e ajudar ao próximo.

REFERÊNCIAS

- ANFOPE. **Documento Nacional**. 2000. Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/cne/arquivos/pdf/belem.pdf> Acesso em: 09/10/2014.
- BRASIL, Ministério da Educação. Conselho Nacional de Educação, Parecer CNE/CP 009/01.
- BRASIL. MEC/CNE. Resolução CNE/CP 1/2006. **Diretrizes Curriculares Nacionais para o Curso de Graduação em Pedagogia**. MEC. 2006.
- BRASIL. Lei nº9.394. **Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB)** de 26 de dezembro de 1996. 9ª ed.
- BRASIL. MENISTÉRIO DA EDUCAÇÃO. LDB : Lei de Diretrizes e Bases atualizada. Disponível em: <<http://bd.camara.gov.br/bd/handle/bdcamara/17820> > Acesso em 04/09/2014.
- CALIMAN, G. Laboratório de Pedagogia Social. **A Pedagogia Social em construção no Brasil: encontro internacional de Grupos de Pesquisas**. Disponível em: <<http://pedagogiasocial.net/2014/08/03/a-pedagogia-social-em-construcao-no-brasil-encontro-internacional-de-grupos-de-pesquisas-2/>> Acesso em: 10/10/2014.
- CALIMAN, G. Fundamentos teóricos e metodológicos da Pedagogia social na Europa (Itália). In: **I Congresso Internacional de Pedagogia Social**, 1., 2006, Anais eletrônicos. Faculdade de Educação, Universidade de São Paulo, Disponível em: <http://www.proceedings.scielo> Acesso em: 04/07/2014.
- LIMA, Maria Socorro Lucena; PIMENTA, Selma Garrido. **Estágio e Docência**. São Paulo: Cortez Editora, 2004.
- FREIRE, Paulo. **Pedagogia do Oprimido**. 32 ed. São Paulo: Paz e Terra, 1987.
- GOHN, Maria da Glória, 2006. "Educação Não-Formal na pedagogia social". In: *Congresso Internacional de Pedagogia Social*, 1., 2006. Anais eletrônicos. Faculdade de Educação, Universidade de São Paulo, Disponível em: <http://www.proceedings.scielo.br>. Acesso em: 14 Março 2013.
- GOHN, Maria da Glória. **Educação não formal e o Educador Social: atuação no desenvolvimento de projetos sociais**. – São Paulo: Cortez, 2010 – (coleção questões da nossa época; v.1)
- GRACIANI, Maria Stela Santos. **Pedagogia Social**. 1 edição. Paulo: Cortez, 2014.
- LIBÂNEO, José Carlos. **Pedagogia e Pedagogos, para quê?** São Paulo: Cortez, 1999.
- MACHADO, E.M. **Pedagogia e a Pedagogia Social: Educação não formal**. In: MACHADO, E.M. & CORTELAZZO, I.B.C. (Org) **Pedagogia em debate On-line-Textos Completos** 2002.

MACHADO, E. M. **A Pedagogia Social: Reflexões e diálogos necessários**. In: SILVA, R.; SOUZA NETO, J. C. de; MOURA, R. A. (Orgs.) Pedagogia Social. São Paulo: Expressão e Arte Editora/FAPESP/UNESCO. 2009.

MACHADO. Evelcy Monteiro. **A Pedagogia Social: diálogos e fronteiras com a educação não formal e educação sócio comunitária**. 2008. Disponível em: http://www.am.unisal.br/pos/stricto-educacao/pdf/mesa_8_texto_evelcy.pdf. Acesso 10/09/2014.

MACHADO, E. M.; De BONI, M^a. I. M. **Aproximações metodológicas na pesquisa educacional – Relações de poder**. In: SCHLESENER, A. H.; PANSARDI, M. V. (Orgs.) Políticas Públicas e Gestão da Educação Curitiba: UTP, 2007.

MARCONI, M. A.; LAKATOS, E. M. **Fundamentos de metodologia científica**. São Paulo: Atlas, 2007.

Revista Sina.SAVIANI, D. **Escola e democracia**. 38. ed. Campinas: Autores Associados, 2006.

_____. Pedagogia social: impasses, desafios e perspectivas em construção. In: **Congresso Internacional de Pedagogia Social**, 1, 2006, Anais eletrônicos. Faculdade de Educação, Universidade de São Paulo, Disponível em: <<http://www.proceedings.scielo.br>> Acesso em: 04 Abr. 2013.

_____. Senado Federal. **Lei de diretrizes e bases da educação nacional** Lei 9394/96. Brasília – DF, 1996.

VALLE, B. B. R. **A nova LDB e os institutos superiores de educação: Histórias do passado, do presente e do futuro**. In: SOUZA, D. B; CARINO J.(Orgs) Pedagogo ou professor? Rio de Janeiro: Quartet, 1999.